Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária

A BAHIA ANÁLISE E DADOS* por ocasião do Fórum Social Mundial/Porto Alegre/2002 entrevistou José Luis Corragio, sobre sua trajetória pessoal e aproximação com o tema da Economia Solidária. Economista, pesquisador titular do Instituto del Conurbano e Reitor da Universidad Nacional de General Sarmiento (Buenos Aires), José Luis Coraggio é também assessor da Rede Temática "Políticas Sociales Urbanas", do Programa URB-AL. Pesquisador de reconhecido prestígio internacional, autor de inúmeros artigos e livros com análises que se situam entre as mais instigantes, originais e inovadoras nos campos da economia popular urbana, das políticas sociais e do desenvolvimento local.

A&D: Conte-nos um pouco da sua história e como você se aproximou do tema que tratamos neste momento, a Economia Solidária.

Coraggio: Bem, a minha preocupação com estes assuntos começou na Nicarágua, quando eu era pesquisador da Coordenadoria Nacional de Pesquisas Científicas e Sociais, no período sandinista, e percebemos que existiam dois problemas em relacão à Economia Popular. O primeiro era que os dirigentes revolucionários tinham dificuldade em compreender, ao menos do meu ponto de vista, a lógica da economia informal urbana. Por exemplo, se alguém queria ter um pequeno empreendimento que

vendesse uma variedade de bens – sapatos, ovos, fruta, roupas, etc. – a revolução não aceitava, pois queria ordenar o mercado, queria que um se especializasse em vender banana verde, um outro, sapatos, o seguinte, ovos, e assim por diante. Se pensássemos do ponto de vista do funcionamento da economia familiar, esta proposta não era conveniente.

Também havia uma luta contra a especulação, mas a política econômica gerava a especulação. Se alguém, por exemplo, comprava um queijo no mercado e o levava para vender de casa em casa, em pedaços, isso era considerado atividade especulativa. Quer dizer, não havia compreensão da lógica dessa economia. Então, nós fizemos um levantamento que tinha como objetivo entender o funcionamento das

unidades domésticas. Esse levantamento mostrava claramente como as unidades domésticas ajustavam a sua participação no mercado de trabalho: isso significava ter um emprego assalariado qualquer, que, durante a revolução, dava acesso a um pacote básico de bens que se adquiriam com um cartão, e, por outro lado, participar do mercado informal para poder completar a renda. Todo esse tipo de coisas era difícil de entender, se a partir de uma visão um pouco rígida de como a economia e a satisfação das necessidades são organizadas.

Havia também um problema de incompreensão e de falta de articulação entre os códigos de comunicação, entre o código dos setores populares e o dos dirigentes revolucionários, dos técnicos. Foi com base nisso que eu

^{*} Entrevista concedida a Débora Nunes, doutora em Urbanismo (Universidade Paris XII), professora e pesquisadora da UNIFACS e da UNEB. arquitetura@unifacs.br

comecei a conceber a idéia de que era preciso estabelecer uma outra comunicação, uma outra compreensão, o que exigia que se pesquisasse e entendesse essa economia.

A&D: Nesse período você tinha em torno de 40 anos. Quais eram os autores que lhe inspiravam essa compreensão?

Coraggio: Bem, procurei e achei antecedentes em trabalhos feitos no México sobre o que, naquela época, se chamavam estratégias de sobrevivência. Essa era uma expressão discutida, achando alguns que se tratava de estratégias de vida. Entretanto, o debate era muito limitado, estava muito centrado no lar, no tema da reprodução, inclusive biológica, ou na explicação do porquê os camponeses tinham filhos, do ponto de vista econômico. Discutia-se também a importância do trabalho doméstico. Tudo isso era uma fonte útil para se refletir. Porém, eu não estava muito concentrado em entender a unidade doméstica, o que me interessava era a unidade doméstica dentro de um projeto de mudança social, de transformação social, de revolução.

A&D: As discussões da antropologia que se produziram nessa época, como a idéia da existência de uma "cultura da pobreza", desenvolvida por Oscar Lewis, chegavam até você, mesmo sendo economista?

Coraggio: Os estudos sobre a cultura da pobreza tinham sido feitos justamente no México, eu tinha lido isso quase como litera-

tura, não tinha me aproximado do pensamento antropológico. E sempre discordei do enfoque e do estudo dos pobres como tais, os pobres como objeto de estudo e a pobreza como uma cultura autoreproduzida. Inclusive, hoje, 20 anos depois, eu brigo contra as políticas assistencialistas dirigidas aos pobres, contra a focalização ou a idéia de que a economia da solidariedade é dos pobres e para os pobres. Eu estou totalmente em desacordo com isso: acho que é necessário provocar uma transformação da sociedade, que só assim a pobreza desaparece. Se eu trabalhar só com os pobres, eu não erradico a pobreza, é muito difícil.

A&D: E em termos metodológicos – você teve contato, nesse período, com a pesquisa participante de Fals Borda, por exemplo?

Coraggio: Tive sim, mas tivemos desencontros com Fals Borda, porque ele e outras pessoas da América Latina tinham uma postura muito idealizadora do senso comum e do saber comum, e muito anticientífica. Por isso, justamente, eu escrevi, com minha companheira, Rosa Maria Torres, um trabalho que se chamava "Investigación social: lo participativo no quita lo científico (y viceversa)". A idéia era que esse tipo de pesquisa não tem por que ser não-científica. Ou seja, eu posso estar fazendo uma pesquisa sociológica, porém de maneira participativa, como uma intervenção sociológica em que uso conceitos teóricos. Se eu ficar restrito ao conhecimento comum das

pessoas, eu estou negando à maioria o acesso ao conhecimento científico, que também não posso idealizar. Ou seja, era como ter que escolher entre ser cientificista ou ser populista: e eu digo não. Há um conhecimento científico, tecnológico, fundamental, que tem sido alienado da população - as pessoas não têm acesso a esse conhecimento, mas têm, sim, um conhecimento prático que é muito importante. Hoje eu enfatizo ainda mais essa importância que naquele tempo. Porém, como cientista social, eu tenho a responsabilidade de trabalhar com as pessoas. Além disso, eu trabalhei muito em educação popular e a gente descobria que as pessoas não queriam que nós fôssemos às reuniões e disséssemos: -"Sabe o quê? Todos nós somos iguais, vamos ser horizontais. Fale... Quem quer falar primeiro?". Eles diziam: -"Bom, se eu fui chamado aqui, me ensine alguma coisa, imagino que vocês têm algo pra ensinar pra gente".

Eu sempre discordei dessa tendência da educação popular, que considero manipuladora, de brincar de que todo o mundo tem o mesmo conhecimento e que, depois, emerge uma síntese no final. Eu percebia que nas oficinas de educação popular quase sempre o resultado era o mesmo: o problema era o imperialismo, o capitalismo, as relações de produção. E eu pensava: não é possível que em todo lugar o resultado seja o mesmo. De fato, só é assim porque os animadores encaminham tudo para que aconteça dessa forma. Sejamos francos, digamos que no trabalho inicial com setores populares nem é bom dar um curso de teoria sociológica nem fazer de conta que as pessoas produzem esse conhecimento sozinhas.

Seria melhor o encontro franco de duas visões, que é o que hoje proponho. Ou seja, um desafio da Economia da Solidariedade é esse encontro entre o conhecimento científico, técnico, codificado, muito sistematizado, porém hipotético, e o conhecimento prático das pessoas, com o qual elas resolvem os problemas do dia-a-dia. É perceber essas visões de mundo contrastadas com as visões dos cientistas.

Entendo esse encontro como uma das coisas mais importantes para que a Economia Solidária funcione. Insisto, não devemos cair num populismo que acha que o povo sabe tudo e tem razão. Ainda por cima, esses populistas dizem: "Ninguém sabe mais da pobreza que os pobres. Se eles sobrevivem, quer dizer que eles têm o conhecimento necessário, porque, neste mundo, não é possível sobreviver". E nós, intelectuais, ficamos como?... Além do mais, isso cria no cientista um estado mental de culpabilidade, uma vez que ele é um privilegiado que frequenta a Universidade. Acho que temos uma responsabilidade que não abre espaço para nos sentirmos poderosos e donos da verdade, o que pode levar ao tecnocratismo, em que não é raro se cair também. É preciso participarmos de uma troca real.

A&D: Relacionando esses primeiros tempos seus na Nicará-

gua, observando o setor informal urbano e as dificuldades de comunicação entre povo e dirigentes, com a atualidade, 15 anos depois, quando se chegou a essa discussão sobre Economia Solidária aqui no Fórum Social Mundial, em que você mudou e onde mudou o mundo?

Um desafio da Economia da Solidariedade é esse encontro entre o conhecimento científico, técnico, codificado, muito sistematizado, porém hipotético, e o conhecimento prático das pessoas, com o qual elas resolvem os problemas do dia-a-dia. É perceber essas visões de mundo contrastadas com as visões dos cientistas.

Coraggio: Que pergunta difícil! Acho que desde a Nicarágua eu já desenvolvia cada vez mais essa idéia da democracia participativa, porque naquele país existia essa prática de os dirigentes revolucionários encararem o povo uma vez por semana. Quer dizer, eles reuniam-se com as pessoas e elas podiam dizer o que precisavam, podiam apresentar as questões que queriam, fazer críticas. As mulheres faziam a crítica do machismo nicaragüense, por exemplo. Esse rasgo democrático participativo, na minha opinião, começou nesse tipo de experiência e não aqui em Porto Alegre. Eu sempre procurei a maneira de poder realizar isso e me fixei nas experiências que aconteciam. Há dez anos venho acompanhando o caso de Porto Alegre, porque acho-o muito importante, como também é importante o processo de descentralização de Montevidéu.

Creio que o que aconteceu, na verdade, foi que amadureci ou aprendi com as experiências. Aprendi, por exemplo, que fazer uma revolução de cima para baixo não é bom, mesmo sabendo que a força que muda a correlacão de poder vem de baixo. Quando as decisões a respeito de como deve ser a sociedade são tomadas lá em cima, isso não é bom. Quer dizer, tem que haver participação de fato, as pessoas têm que participar realmente das decisões. Para isso é necessário criar espaços de diálogo, de encontro entre diversas posições, entre diversas visões de mundo, entre diversos interesses do mesmo campo popular. Acho que, nesses 15 anos, mudei para melhor e o mundo, para pior, uma vez que fui desenvolvendo essas idéias e que o sistema foi ficando cada vez mais excludente. Ou seja, naquela época colocamos a necessidade de mudar o sistema, mas depois disso veio a queda do socialismo real, veio a derrota do sandinismo, que caiu também devido a seus próprios erros e a seu próprio nível de corrupção.

Fui embora da Nicarágua antes de os sandinistas perderem as eleições, porque senti que nunca poderia ser nicaragüense e que tinha que estar num país onde me sentisse cidadão. Aí, fui para o Equador, porque minha mulher é equatoriana, mas lá não havia projetos revolucionários. Entrei

num centro de pesquisa, onde chequei a diretor de pesquisa. Mas desde a Nicarágua eu sempre quis saber para quem eu trabalho. Eu não quero fazer coisas sozinho; sempre me vinculo a algum sujeito, trabalho para algum sujeito social. Assim, nesse centro, propus o seguinte: "Façamos de conta que existe um sujeito social, um movimento social urbano que faz um pedido para nós, como pesquisadores, fazermos os estudos que eles precisam". Claro que não havia ninguém a solicitar tais estudos. Então, ficamos a pensar em qual a pesquisa que deveria ser feita se houvesse esse tipo de sujeito, tendo em vista a formação do programa de pesquisas. Ficou claro que a equipe teria que ser multidisciplinar, porque os problemas eram muito mais complexos: não era suficiente ter arquitetos e um ou outro economista, eram necessários historiadores...

A&D: Quais foram esses sujeitos sociais para os quais você trabalhou ao longo da vida?

Coraggio: Na Nicarágua era a revolução. Em Quito, eu tive que imaginá-lo, porque não havia esse sujeito. Na Argentina... Francamente, só agora aparece um sujeito social, ao qual sem dúvida vou me vincular, que é a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA): sua visão supera o simples corporativismo e não é corrupta como são outras centrais sindicais. Do ponto de vista partidário a Argentina é muito difícil. Há muita inconstância, as pessoas passam de um lado para o outro...

A&D: Você começou estudando a sobrevivência dos pobres, suas formas de organização, passou pela idéia da revolução e chega, hoje, a uma discussão sobre a Economia Solidária, de uma perspectiva macroestrutural. Como é que você viu e viveu essa passagem?

A solidariedade não começa com um valor, ela é uma relação de vinculação real, material, dos interesses da população, na qual as pessoas são solidárias com os outros porque isso também é bom para elas. Reconheço que existem interesses particulares e que é necessário construir um interesse geral.

Coraggio: Foi um processo contínuo. Não se trata de uma ruptura, porque, de repente, em todo canto foi aparecendo a questão da Economia Popular, da economia do trabalho. Eu já descobri trabalhos prévios que Razzeto ou outros tinham feito nessa linha, porém eu também me diferenciava. Quer dizer, no meu caso não se coloca um sentido espiritual por trás disso. Eu sou mais objetivo, digamos, eu não sou cristão de base. Para mim, a solidariedade não começa com um valor, ela é uma relação de vinculação real, material, dos interesses da população, na qual as pessoas são solidárias com os outros porque isso também é bom para elas. Ou seja, eu reconheço que existem interesses particulares e que é necessário construir um interesse geral. Então eu avancei

pelo lado da democracia. Na Nicarágua, escrevi dois livros sobre a democracia sandinista; avancei pelo lado da Economia Popular (como eu a chamava naquele momento), tentando situá-la dentro do conjunto da economia e da sociedade – mas não como um microempreendimento – e conceituá-la em um marco mais macro.

A&D: Nesse tema específico da Economia Popular, você teve contato com os conceitos de Milton Santos, de "circuito superior e circuito inferior da economia"? Como isso se colocava nos anos 70?

Coraggio: Eu li essas coisas em 1978, para fazer um trabalho, no México, sobre El Salvador. Nós desenvolvemos uma metodologia que trabalhava com sistemas de produção e reprodução de cadeias produtivas, que articulava a produção com a reprodução. Depois, na Nicarágua, nós compreendemos que essa metodologia permitia entender o campesinato nicaragüense muito melhor. O campesinato não só produz grãos, vacas e leite, mas também força de trabalho, gera força de trabalho para o resto do sistema produtivo, por exemplo, nas épocas de colheita. Então, quando li Milton Santos, não fiquei muito impressionado, achei bom, mas não foi uma ruptura. Até agora eu quase não o citei porque senti que não acrescentava muito à problemática que estava sendo desenvolvida no México. No México trabalhava-se muito com cadeias produtivas, com sistemas produtivos, e nós acrescentamos o aspecto da reprodução.

A&D: Quais foram os seus mestres? Que autores e textos o impressionaram ?

Coraggio: Os autores que mais me impressionaram foram Jungen Habermas, Franz Hinkelammert, Emmanuel Wallerstein. Em geral, são quase filósofos ou filósofos, não é? Cientistas políticos. Depois seria Guillermo O'Donnell, que considero muito bom, sobre o tema da democracia na América Latina, Bourdieu e, sem dúvida, Marx. Tenho uma formação marxista autodidata... Bem, não só autodidata, porque procurei um professor, filósofo, que me ensinasse marxismo, porque na Universidade não se ensinava. Estudei sistematicamente marxismo, epistemologia. Sem dúvida, se é para escolher um pensador, então escolho Marx.

A&D: Voltando aos conceitos, você falou que, num determinado momento, se falava em "produção e reprodução da força de trabalho"; depois, começou-se a falar de "Economia Popular" e, a partir de um determinado momento, em Economia Solidária. Quando é que se dá isso?

Coraggio: Eu tomei uma decisão pessoal: acho que o conceito teórico mais significativo para entender tudo isso que estamos falando aqui é "economia do trabalho", e não Economia Solidária. É um conceito mais amplo, que engloba muitas formas de organizar autonomamente o trabalho, com a ressalva de que todas essas formas partilham algo: por trás delas está a lógica da reprodução ampliada da vida, que é o que eu descobri na Nicarágua nos cinco

anos em que estive lá. As pessoas desafiavam a revolução porque a vida cotidiana estava em jogo e queriam viver melhor. Não se conformavam em ser pobres com dignidade, queriam viver melhor.

Todavia, do ponto de vista político, eu acredito que se entrarmos na disputa por um termo ou outro, por exemplo Economia Popular... Por que adotei Economia Popular, para começar? Porque já estava instalado nesse meio, digamos, um conceito de Economia Popular que era diferente daquele que eu usava, mas que me permitia o contato com as pessoas que estavam trabalhando essas questões. Entretanto, é muito complicado, porque imediatamente surge o problema de saber o que é popular; entramos nessa discussão toda da cultura popular, do que é popular - porque, não são os pobres, não é verdade? Decidi usar o termo Economia Popular assim mesmo, para me juntar às pessoas, porém tentando ressignificá-lo. Mas ao fazer isso eu me deparei com uma outra dificuldade: por um lado, dar conta da Economia Popular real; por outro, apresentar uma proposta de transformá-la em outra coisa. Na época eu falava: a Economia Popular existente, a realmente existente, e a Economia Popular que nós podemos desenvolver. Eu achei que tinha que diferenciar os dois termos, ou seja, usar um termo distinto e, assim, comecei a usar o termo "sistema de economia do trabalho", que é mais abrangente e inclui, por exemplo, um empreendimento pessoal: não tem por que ser associativo, não tem por que ser baseado em determinados valores

éticos... A solidariedade se dá por meio dos intercâmbios, não dentro de cada um de nós.

Além disso, a economia da solidariedade estava muito ligada ao pensamento cristão de base, no Chile e aqui no Brasil, e eu acho não só que não se tem de traçar uma linha demarcativa, dizendo "Os que concordam com minhas idéias venham deste lado", como também que aderir a essas idéias não deve implicar uma conversão de tipo religiosa, valorativa... exigente demais, particular demais. Creio que uma pessoa pode ser solidária e ser muçulmana, cristã ou atéia. Considerei o termo "economia do trabalho" como mais objetivo, com menor carga valorativa. Todavia, há uma solidariedade orgânica que é preciso desenvolver aí.

Finalmente, com base nas reuniões internacionais, devo admitir que o termo Economia Solidária está fortemente instalado e eu não tenho problema algum em me unir, em contribuir modestamente, no que for possível, com essa corrente. Acredito que também compartilho os valores dos que a compõem, não na sua especificidade, como já disse, da conversão, e sim no que eles têm a ver com as relações de solidariedade e, sobretudo, com os antagonismos... Antagonismos contra o capital, contra o capital financeiro, contra o princípio de lucro como melhor forma de organizar a economia e a satisfação das necessidades humanas.... Enfim, eu posso também discordar. Se alguém disser que viver bem significa viver em austeridade,

modestamente, e não querer melhorar a vida material porque em outra vida vai-se estar melhor... Isso eu não compartilho e acho que é ilegítimo propor tal coisa à população, porque não é o que as pessoas querem. Se as pessoas quisessem isso, eu concordaria. Quer dizer, se na Índia houver um grupo que quer viver ligado à natureza e quase não consumir coisas materiais, ótimo. Mas eu não vou pretender que todo mundo faça a mesma coisa.

A&D: Há autores que começam a fazer uma certa diferenciação geocultural: a Economia Social estaria vinculada ao Estado de Bem-Estar Social europeu, o Terceiro Setor seria herdeiro de uma filantropia de tradição anglosaxônica, a Economia Solidária teria uma tradição mais francesa e a Economia Popular seria mais latino-americana. Você identifica essas diferenças?

Coraggio: Eu acho que são um pouco exageradas. Sem dúvida a economia social tem uma raiz européia e também traz consigo uma forte marca estatal. Isto é, quando reparamos na história que Laville constrói, isso vem do movimento operário, defensivo, que tentou autonomizar uma parte das suas condições de vida: mas depois o Estado incorpora essas propostas, transforma-as em política de governo e, ao mesmo tempo, a restringe. Nas últimas décadas, na Europa, a economia social tem uma presença muito forte do Estado. Presumese que a economia da solidariedade, da qual se fala na América Latina, é mais de base. Essa é uma outra coisa com a qual eu já tive problemas. Em algumas correntes, dentro desse grande guarda-chuvas, há muito de antiestatismo, antipolítica e antimercado. Eu creio que o que tem que ser feito é democratizar o Estado e não ser contra o Estado. É preciso usar, criar e ampliar mer-

O que tem que ser feito é democratizar o Estado e não ser contra o Estado. É preciso usar, criar e ampliar mercados, regulados, com relações diferentes, e não ser antimercado. Porque ser antimercado significa que só podemos trocar coisas pessoalmente, sem escalas.

cados, regulados, com relações diferentes, e não ser antimercado. Porque ser antimercado significa que só podemos trocar coisas pessoalmente, sem escalas. Desse jeito jamais vamos vencer o capitalismo. É por isso que também discordo de algumas dessas correntes. Enfim, se aceitarmos que a economia social é basicamente a forma impulsionada pelo Estado, com uma tradição européia, não poderemos dizer que a economia de solidariedade vem da França. Razzeto usou este termo antes, aqui na América Latina. Tenho a impressão de ter lido, também antes, coisas de Marcos Arruda também. Está-se falando que na França se faz um esforço intelectual para diferenciar a economia social, incorporada pelo Estado, dessa outra a que chamam social e solidária: mas o termo Economia Solidária já era utilizado aqui também.

A&D: Em que período, exatamente, se começou a usar esse termo?

Coraggio: Como já disse, tomando como referência o movimento contemporâneo, o termo já aparece em Razzeto, que usa expressões como popular, solidária. É claro que há autores franceses que, nos anos 1960 ou 1950, colocaram a necessidade de uma Economia Solidária. No entanto, acho que a contribuição mais importante deles foi essa história da economia social, iniciada pelo movimento operário e retomada pelo Estado. Mas o problema agora é que o Estado nem sequer está interessado em desenvolver a economia social. Além disso, misturam-se muito esses temas com a idéia de Terceiro Setor, que surge da sociedade civil. O Terceiro Setor é uma grande almôndega, é uma mistura de coisas. Quando verificamos as classificações do Terceiro Setor, vemos que inclui clubes de futebol, associações de bairro, clubes de aposentados, ou seja, todo tipo de organização: ONGs, bombeiros voluntários, qualquer coisa. Na minha opinião, esse é um invento anglo-saxão para ajudar a justificar o fato de o Estado se omitir da sua responsabilidade de garantir os direitos humanos, sociais.

Agora, vejamos o mercado. A Economia Solidária não pode funcionar sem mercado, não pode ser antimercado, e precisa do Estado para mudar as normas jurídicas, para mudar as políticas fiscais. O Terceiro Setor, do meu ponto de vista, é uma proposta que confunde. Eu, pessoalmente, não gosto da versão de Riskin. Mas como está na moda, todo o mundo fala em sociedade, Terceiro Setor, sociedade; eu acho que isso é uma salada.

A&D: Como você vê um evento como esse no Fórum Social Mundial, com 1.600 pessoas falando de Economia Solidária, apontando numa mesma direção... Você acha que é um avanco ou uma nova moda?

Coraggio: Não vejo isso como uma nova moda. Acredito que esse evento reflete a convicção, cada vez mais profunda, de que o sistema capitalista não vai sair da recessão, que não teremos pleno emprego de novo nem melhorias salariais, e que não vamos ter mais condições de lutar mais uma vez pelos sistemas de seguridade social. A convicção geral é que o paradigma tecnológico excludente vai permanecer enquanto o capitalismo continuar a comandar o uso da tecnologia, por isso é quase óbvio que as pessoas reajam... Além disso, a proposta do sistema é o assistencialismo, para a qual muita gente preocupada pelos pobres contribuiu... Ou seja, a preocupação pela pobreza dá lugar a dizer que devem existir recursos para "dar de comer" às pessoas, para distribuir pacotes de comida, e que as ONGs, que estão mais próximas da população, devem distribuir a comida ou dar a assistência ou ministrar a educação... a alfabetização. Ou seja, trata-se de

políticas assistencialistas terceirizadas.

Eu acho que começa a surgir um maior consenso a respeito da necessidade de mexer com a economia, porque, até agora, há pessoas que dizem "Vamos tentar mudar as políticas econômicas," porém essas políticas são geradas por uma economia dominada pelo capital. Portanto, temos que seguir lutando, temos que tentar evitar o pagamento da dívida ilegítima ou impagável, temos que tentar mudar a política fiscal tudo isso precisa ser feito. Ao mesmo tempo, não temos a força necessária para aplicar essas medidas porque a cidadania está mergulhada numa situação de dependência do assistencialismo - na América Latina isso está claro -, do clientelismo. Portanto, é preciso uma maior autonomia econômica e material para que as pessoas possam agir como cidadãos, o que requer uma outra economia. Acredito que isso abre, inclusive, a possibilidade de que alguns governos admitam a passagem do sistema assistencialista a um sistema de desenvolvimento de atividades produtivas que possam ser sustentadas, porque, caso contrário, é inviável.

É óbvio que, para os políticos, o preço é alto, porque eles são clientelistas. Isto é, quando eles têm coisas para repartir, eles obtêm votos, o que não seria possível se houvesse um sistema econômico que funcionasse autonomamente.

A&D: E, nesse debate, qual seria a particularidade da contribuição latino-americana?

Coraggio: Bem, nós estamos na vanguarda da demonstração dos horrores que produz o neoliberalismo. No passado, pelo menos uma vez a América Latina subjugou a Europa, contribuindo para o pensamento europeu pelo exemplo de revolução com liberdade de Salvador Allende no Chile. O eurocomunismo olhava para o Chile, não é verdade? Eu acredito que o que nós podemos mostrar hoje é a inviabilidade das políticas que estão sendo impostas na União Européia. Aqueles que articulam tais políticas podem ver, na Argentina, a que conduz a abertura do mercado, a tecnocracia neoliberal, etc. Trata-se, portanto, de mostrar a inviabilidade do sistema, mostrar o que leva à ingovernabilidade que tanto preocupa os países do norte, porque esta levaria a confrontos, guerras e epidemias, o que, para eles, é caótico. Ou seja, eles precisam de nações que funcionem, que sejam interlocutoras, que sejam democráticas.

Então, desse ponto de vista, acredito que estamos mostrando a necessidade de uma mudança na esfera global. E há muita experiência e sofrimento. E mais, há como um ciclo que se destacaria em uma leitura européia do mutualismo, uma vez que a ajuda mútua, as cooperativas começaram com o movimento operário no início do século passado... Pode-se dizer que, hoje, se deve culminar novamente com os sindicatos. Na Europa ainda se resiste, mas aqui temos a CUT, que é possivelmente o sindicalismo mais avançado na região, que diz: "Vamos desenvolver cooperativas, vamos desenvolver formas de trabalho autônomo". Os sindicatos europeus ainda resistem, é na América Latina que acontecem essas coisas hoje.

Mas a América Latina contribui com mais uma coisa, a qual começou muitíssimo antes do colonialismo: aqui na América existiam culturas que tinham uma outra forma de organizar a produção e a reprodução, baseada na reciprocidade e em relações de outro tipo. E o colonialismo veio - nos impôs o Estado, nos impôs o município, nos impôs inclusive as cooperativas, apesar de toda a resistência que houve... Agora, toda essa tradição ancestral está emergindo: em Chiapas, no mundo andino, no movimento indígena equatoriano, na Bolívia. Essa relação com a natureza, que os ecologistas têm, nossos indígenas tinham historicamente. Não podemos esquecer essa cultura que está começando a se revitalizar, porque, inclusive, essas etnias estão se reproduzindo agora numa velocidade demográfica importante, estão aumentando mesmo numericamente. Mas há aqui um problema: os próprios latino-americanos estão a prestar atenção à literatura européia em vez de olhar para sua própria história, trata-se da nossa dependência intelectual. Não deveríamos estar em uma relação de paridade, de poder dialogar, porém contribuindo mais do que fazemos quando somente aprimoramos conceitos. De fato há uma história latino-americana, como a experiência de Porto Alegre. Agora, alguém estava me dizendo que há um município espanhol onde estão começando a implementar o orçamento participativo. Quer dizer, começamos a contribuir com alguma coisa que vem de uma cultura política que requer mais participação. Aqui, a representação tem sido bastardeada pela corrupção, não é?

Há aqui um problema: os próprios latino-americanos estão a prestar atenção à literatura européia em vez de olhar para sua própria história, trata-se da nossa dependência intelectual. Nós deveríamos estar em uma relação de paridade, de poder dialogar, porém contribuindo mais do que fazemos quando somente aprimoramos conceitos.

A&D: E a tecnoburocracia aqui é menos eficaz que a européia.

Coraggio: Com certeza. Portanto, a população tem que se manter vigilante, atenta a seus representantes; não podemos deixá-los soltos, temos que participar. É possível que incorporemos uma dimensão participativa ao pensamento político, com a prática, não é?

A&D: Queria que você comentasse sobre o que me parece ser uma herança do pensamento socialista. Hoje, a discussão da Economia Solidária — os fundamentos de um novo homem, uma nova cultura — lembra muito o início do século, a construção socialista na Rússia e depois na União Soviética. Como é que você vê esse vínculo entre uma

ideologia socialista e uma proposta de Economia do Trabalho, Economia Popular ou Economia Solidária?

Coraggio: Bem, aquela proposta, da qual eu também participei, pois eu me situava dentro desse campo, pretendia ter um modelo ou uma utopia... Mas tratava-se de um modelo institucional, pronto para ser instalado naqueles países onde fosse tomado o poder: era a propriedade estatal dos meios de produção, era a restrição do capital. A revolução sandinista, porém, foi uma inovação, porque não nacionalizou os meios de produção, mas apenas os bens da família Somoza. Controlou também o capital na esfera da circulação. Isso já implicava uma ruptura, o que não acontece em Cuba, onde tudo é estatal, até as sorveterias, onde todos são funcionários do Estado.

Quer dizer, houve uma época em que não era só uma utopia, tratava-se de instituições. Considerava-se necessário o planejamento centralizado, como também o Estado, e tinha-se que satisfazer as necessidades básicas de todos. Tudo isso estava previsto. Havia ainda uma experiência de décadas, na União Soviética e outros países. Hoje em dia não temos um conjunto fechado de instituições-modelo a ser implementado. Estamos abrindo caminho. Isso é mais autêntico, porque estamos nos movimentando no interior de um sistema, até agora hegemônico, que está sendo seriamente questionado, que começa a rachar e que, por isso, está ficando perigoso, uma vez que, agora, se torna um sistema de domínio militar. No futuro podem acontecer ainda muitas coisas horríveis.

Ainda assim estamos dentro disso, construindo as bases de uma sociedade mais rica, mais complexa, mais igualitária, que não sabemos como vai ser, já que não sabemos por quantas décadas ainda vão sobreviver as formas capitalistas de produção: pode ser mesmo que nunca desapareçam totalmente. Não nos iludamos pensando que, de repente, com um aceno de mão, o capitalismo vai acabar e vai aparecer uma nova sociedade.

Além disso, a experiência tem mostrado que mesmo que houvesse uma mudança na propriedade dos meios de produção, a cultura não mudaria da noite para o dia. Vamos lembrar do que aconteceu na União Soviética depois da queda do governo: de repente, reapareceram os imperadores... Em Cuba, achavam que era um problema o fato de os jovens quererem ter jeans e gostarem de rock. Mais tarde, os dirigentes conseguiram entender que isso não era um pecado antisocialista. Enfim, pensava-se que se mudando a propriedade dos meios de produção, da estrutura, se modificava tudo, transformava-se a superestrutura. Agora, sabemos que não é assim, que os ritmos da mudança cultural são diferentes e que é muito difícil fazer uma engenharia da mudança cultural. Então, estamos aceitando a diversidade cultural, estamos aceitando a multiplicidade de instituições. Tomara que sejamos capazes de aceitar

que existem versões diferentes: que virá uma da Índia, uma da África, uma outra da Argentina urbana, uma outra do México, com uma história diferente. Ou seja, tomara aceitemos toda essa diversidade. Eu creio que essa é uma grande novidade.

Estamos aceitando

a diversidade cultural, estamos aceitando a multiplicidade de instituições.
Tomara que sejamos capazes de aceitar que existem versões diferentes: que virá uma da Índia, uma da África, uma outra da Argentina urbana, uma outra do México, com uma história diferente.

A&D: Imagino que essa perspectiva é mais próxima daquilo que você sempre desejou como futuro e isso implica valores novos, o cultivo de uma outra forma de viver e de se relacionar. Como você vê isso?

Coraggio: Acredito que todos os que estamos participando disso queremos viver em um mundo onde existam outras formas de convivência, onde haja tolerância. Temos que ser mais humildes e nos tornar aprendizes contínuos da nossa própria experiência, sem procurar aplicar apressadamente uma solução-modelo. É necessário um processo aberto, em que possamos aprender dos outros genuinamente, sem manipulação, ou seja, em que todos possamos aprender com todos, como quando falávamos da educação popular.

Eu tenho a impressão de que isso tranquiliza, porque, no outro caso, era preciso existir uma resposta precisa, exata, técnica, científica, quanto ao que se devia fazer. Como no caso do planejamento: tinha-se que saber o que era preciso produzir, quando tinha que ser produzido, como tinha de ser feito. Agora estamos falando de um processo muito mais aberto, que tem que ter um certo nível de planejamento. Porque se todo o mundo começasse a produzir artesanato, chegaria o momento em que não poderíamos comer artesanato. É necessário organizar, tem que haver produção de alimentos. Devemos traduzir e introduzir elementos de ordem, negociados, nesses mercados que estamos criando.

Não se trata só de uma questão de valores, mas também de reconhecimento da realidade. Acredito que isto é muito importante: não confundir a utopia com a realidade. A realidade é complexa, rica e nos oferece amplas oportunidades, ao tentarmos transformá-la, de aprender com ela. Estamos dispostos a aprender? Um valor muito importante é não ser sectário, não ser dogmático. Aí há um problema, porque as correntes que se originam em um pensamento religioso têm, de fato, um componente dogmático: pode mesmo verificar-se nelas um grande esforço para serem ecumênicas, mas mantêm sua base de dogmatismo.

A&D: Na sua opinião, na sua experiência pessoal, essas pessoas que estão discutindo a Economia Solidária hoje têm um comportamento mais próximo

desses valores que pregam? No contato com pessoas que trabalham esse tema, você vê relações humanas de cooperação, solidariedade, que comprovem que os valores que estão embutidos na proposta são de fato vividos?

Coraggio: Sim, tem muita gente que é muito dedicada, que trabalha assim... Bom, temos que reconhecer que muitos trabalham para sobreviver. Na América Latina não há filantropia como nas sociedades ricas, com sistemas impositivos, que induzem à filantropia, claro. As pessoas vivem daquilo que fazem. Muitos daqueles que trabalham com os pobres são pagos por uma ONG, mas o fazem com paixão; e se esse trabalho é feito com paixão, com um interesse genuíno de ajudar o outro, que é o que geralmente eu observo, não há problema nisso. Mas não podemos dizer que se trata de um voluntariado stricto sensu.

A&D: Os problemas da economia popular, da questão social, são muito complexos e requerem a cooperação de muitas disciplinas para que sejam entendidos. Além disso, verifica-se com certa freqüência um engajamento dos pesquisadores nas iniciativas dos atores sociais no sentido de apoiá-los também de forma prática. Essas características, na sua opinião, favorecem um comportamento diferenciado, um comportamento mais solidário, mais cooperativo e menos competitivo dos pesquisadores?

Coraggio: Acadêmicos que trabalham com isso... Não há tantos para que se possa generali-

zar. Na Universidade em que trabalho deve haver umas 30 pessoas que atuam nessa perspectiva, encarando problemas complexos como o da Economia Solidaria, o da gestão do habitat, o dos governos participativos. Os demais trabalham de outro jeito: esse é economista, aquele é sociólogo, o

Interferir numa
problemática como essa,
que implica lidar com
situações muito complexas,
que não podem ser
contidas dentro de uma
disciplina, não é comum, o
que é comum é ser
disciplinar. O que prevalece
são os acadêmicos que
trabalham por disciplina,
que escrevem para
publicar...

outro é arquiteto, contribuindo para desenvolver as disciplinas, o que não é ruim, mas é outra coisa... Interferir numa problemática como essa, que implica lidar com situações muito complexas, que não podem ser contidas dentro de uma disciplina, não é comum, o que é comum é ser disciplinar. O que prevalece são os acadêmicos que trabalham por disciplina, que escrevem para publicar... Grupos de trabalho multidisciplinar que realmente superem os limites das disciplinas, que escrevam para a gente comum, que trabalhem (e não só entrevistem) com as pessoas do povo, existem muito poucos. Mesmo quando esses outros se reúnem, escrevem coisas juntos, distintos capítulos de um mesmo livro, não captam a complexidade, que é condição

para atuar significativa e também eficazmente. Porém, o que está faltando é que a gente seja transdisciplinar. O sistema acadêmico universitário e de pesquisa se recusa a perder o poder e a falsa segurança que dá o domínio de uma disciplina. Há muita insegurança, esse é um problema. Não há muitas contribuições científicas nesse campo. Se nos voltamos para os textos produzidos em que se discutem os modelos monetários, vamos encontrar um volume enorme de pesquisa econômica sobre o assunto. Agora, o que há, em termos quantitativos, de pesquisa econômica a respeito da economia da solidariedade? Muito pouca. E de pesquisa antropológica? Também pouca. No caso da pesquisa sociológica, talvez encontremos uma producão maior.

A&D: Insistindo na mesma pergunta: as pessoas, pelo que você observa, conseguem viver os conceitos que elas estão defendendo teoricamente, da solidariedade, da cooperação, nesse ambiente?

Coraggio: O sistema universitário é um sistema muito competitivo. Nós deveríamos, com base na economia da solidariedade ou da sociedade mais solidária, incorporar esses valores na Universidade. O que, para mim, não vai acabar com a competitividade. Poucas pessoas estariam dispostas a dizer: "Bom, vamos nos reorganizar e eu abro mão do meu posto, vou para outro lugar". Ou seja, a preocupação de satisfazer as necessidades de todos não parece ser o dominante quan-

do competimos para vencer o outro na luta pelo orçamento. Eu acho que o mundo acadêmico tem uma alta probabilidade de ser esquizofrênico. É difícil equilibrar. É claro que tem gente que consegue, porém....

Por outro lado, há os ativistas, os que não são acadêmicos... Eu prefiro que uma ONG diga: "Eu me dedico a isso, isso é meu modo de vida, meu modo de trabalho, que eu faço com paixão e tem um objetivo transcendente, mas eu preciso cobrar esse trabalho". Muitas ONGs têm problemas quando trabalham com os setores pobres, porque os pobres não têm outra alternativa senão aceitar a opção apresentada pela ONG quando esta canaliza os recursos. Mas entre eles não se estabelece uma verdadeira relacão de empatia, porque o pobre diz: "Por que ele ganha 20 vezes mais do que eu... Por que ele tem carpete no seu escritório e eu tenho que morar onde eu moro? Ele vem me ajudar, fala da pobreza, me diz um monte de coisas..." . Essas contradições só se resolvem quando não há mais pobres, não é verdade? Porque eu nunca concordei com a idéia de que para ter direito a falar dos pobres ou da pobreza é preciso ir morar entre eles, "ser uno com eles". Bem, há pessoas que tentam fazer isso

e são dignas de admiração. Mas eu acho que é como a questão do conhecimento. Alguns dizem: "Meu conhecimento não vale o que vale o conhecimento dos pobres". Isso é renunciar a uma responsabilidade que implica um compromisso real de socializar o conhecimento científico. Eu acho que aí há contradições. Há pessoas que se entregam genuinamente e trabalham todos os dias com a população — elas me despertam uma grande admiração. Eu continuo morando em um bairro diferente e continuo cumprindo funções que são remuneradas com salários altos. E me coloco à disposição como um servidor público: se eu for convidado, eu não vou cobrar nada das organizacões sociais. Mas vivo de modo diferenciado e isso não é problema para mim, não me sinto culpado. Há pessoas que se sentem culpadas: falam tanto em solidariedade e pobreza que acham que têm de esconder o seu nível de vida e de renda. Eu quero que os outros vivam uma vida melhor, eu não quero viver pior. Ou, então, posso viver muito pior na questão material, mas pela possibilidade espiritual de lutar por um projeto social que transforme para melhor a vida de todos. Parece que ainda há um pouco de hipocrisia em algumas pessoas. Todavia, retroalimentamos os valores positivos toda vez que nos encontramos e não só falamos, mas fazemos coisas juntos. Para alguns ainda falta percorrer o caminho. O que você acha?

A&D: Eu fico esperando sempre um comportamento mais solidário, mais cooperativo. De modo geral, inclusive, eu acho que ele existe.

Coraggio: Sim, existe, mas há também o outro lado, não é? E é uma luta contínua. Porque o sistema dualiza e, assim, se você é acadêmico, em algum momento vai ter que falar o jargão, em algum momento vai ter que escrever um trabalho para publicação, em algum momento vai ser avaliado... São as regras do jogo. É como um outro mundo em que a gente vive. É difícil "salvar-se" sozinho, salvar-se se não muda a sociedade. Daí, a referência à esquizofrenia. Temos que participar deste mundo para sobreviver e, por outro lado, queremos tornar nossa atividade cotidiana transcendente. Queremos que a Universidade admita que, como cientistas, trabalhemos em apoio às ações populares, mas é preciso escrever sobre a Economia Solidária, e não ser somente um ativista, não é? Essa é a realidade. Acho que ainda falta muito até mudar a academia.